



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

2. ^a	PUBLICADO NO D. O. U.
C	28/09/1994
C	of
	Rubrica

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13854.000080/91-60

Sessão de 21 de setembro de 1993 ACORDÃO no: 203-00.678

Recurso no: 88.906

Recorrente: AUTO RETIFICA BEBEDOURO LTDA.

Recorrida: DRF EM RIBEIRÃO PRETO - SP

PIS/FATURAMENTO - BASE DE CALCULO - JUROS DE MORA
... OMISSO DE RECEITA - ICM integra a base de cálculo da contribuição. Não há amparo legal para dispensa dos juros de mora, pois integram o crédito tributário constituído. A parte que não foi comprovada da receita omitida deve ser cobrada. Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **AUTO RETIFICA BEBEDOURO LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para excluir da exigência a parcela de Cr\$ 2.451.791,00. Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI e SEBASTIÃO BORGES TAGUARY.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1993.

OSVALDO JOSÉ DE SOUZA - Presidente

RICARDO LEITE RODRIGUES - Relator

RODRIGO GARDEAU VIEIRA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 24 FEV 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13854.000080/91-60

Recurso no: 88.906

Acórdão no: 203-00.678

Recorrente: AUTO RETIFICA BEREDOURO LTDA.

RELATÓRIO

Conforme Auto de Infração de fls. 01, exige-se da empresa acima identificada o crédito tributário no montante de Cr\$ 136.553,05, relativo à contribuição ao PIS/FATURAMENTO, referente aos anos de 1986 e 1987, por ter sido apurado, em fiscalização do IRPJ, omissão de receita operacional caracterizada pela existência de Passivo Fictício e Suprimento de Caixa. Fundamenta-se a exigência nos seguintes dispositivos legais: artigo 3º, alínea "b", da Lei Complementar nº 7/70, c/c o artigo 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 17/73 e Título 5, capítulo 1, seção 1, alínea "b", itens I e II, do Regulamento do PIS/PASEP, aprovado pela Portaria MF nº 142/82.

Tendo sido concedida a prorrogação de prazo para apresentação de impugnação, prevista no artigo 6º, inciso I, do Decreto nº 70.235/72, a autuada tempestivamente interpôs a sua defesa, fls. 08/10, vinculando a sorte deste ao que for decidido no processo principal de IRPJ. No mérito, alega que deve ser expurgado da base de cálculo o ICM e refuta a incidência dos juros moratórios na forma lançada. Contesta, igualmente, o embasamento legal da autuação.

As fls. 14 manifesta-se o autuante pela manutenção integral do crédito tributário, tendo em vista que no aludido processo principal de IRPJ, também foi proposta a manutenção do lançamento consubstanciado no auto de infração.

Prestada a informação fiscal, foram os autos conclusos ao Delegado da Receita Federal em Ribeirão Preto que, às fls. 20/21, julgou procedente a ação fiscal, baseando-se nos seguintes fundamentos:

"Conforme se verifica da decisão juntada por cópia às fls. 16 a 19, a exigência principal formulada contra a pessoa jurídica foi julgada procedente, devendo ser dado igual tratamento ao presente processo, em decorrência do princípio da relação entre causa e efeito.

Por outro lado, a interessada, até o presente momento, não trouxe aos autos quaisquer elementos que pudesse eximir-lá da exigência tributária, não encontrando amparo legal a pretensão da contribuinte de que sejam excluídas as parcelas correspondentes ao ICM, da base de cálculo da contribuição para o PIS/FATURAMENTO.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no.: 13854.000080/91-60

Acórdão no.: 203-00.678

309

A base de cálculo para a contribuição é o faturamento da empresa, nela se incluindo todas as parcelas que a compõem. Não havendo dispositivo legal que exclua o ICM desse valor, passa ele a integrar o cálculo.

Quanto aos juros moratórios, o artigo 161 do Código Tributário Nacional estabelece que o crédito não pago até o vencimento será acrescido de juros de mora. Assim é que se conclui, que a incidência dos juros moratórios, verifica-se a partir do vencimento da obrigação.

Ademais, o artigo 2º do Decreto-Lei nº 1.736/79, estabelece que sobre os débitos para com a Fazenda Nacional não pagos até o vencimento, incidem juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês calendário ou fração.

Da mesma forma não pode prosperar a alegação da interessada quanto ao aspecto legal sobre o qual a autuação está lastreada."

Insurgindo-se contra a decisão prolatada em primeira instância administrativa, a autuada apresenta o Recurso de fls. 24/26, no qual repete as argumentações expendidas na peça impugnatória, aduzindo, ainda, que:

a) o Tribunal Federal de Recursos da Terceira Região decidiu pela exclusão do ICM da base de cálculo para incidência do PIS-FATURAMENTO;

b) não ocorreu o vencimento do crédito a que alude o artigo 161 do Código Tributário Nacional. O vencimento encontrase suspenso com a interposição de medidas recursais previstas no artigo 151 do mesmo estatuto. Assim, não advém o termo a partir do qual a exação moratória possa ser imposta.

As fls. 30, consta o Despacho nº 202-00.652, do Presidente deste Segundo Conselho de Contribuintes, determinando a baixa dos autos em diligência à repartição de origem para que a mesma providencie a anexação ao presente processo da decisão proferida pelo Primeiro Conselho de Contribuintes, nos autos do processo de IRPJ.

PN



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13854.000080/91-60

Acórdão nº: 203-00.678

Em atendimento ao solicitado às fls. 30, a DRF em Ribeirão Preto providenciou a anexação, por cópia, às fls. 32/44, do Acórdão nº 101-84.643 da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes que, por maioria de votos, deu provimento parcial ao recurso, para excluir da tributação a importância de Cr\$ 2.451.791,00, no exercício de 1987 (padrão monetário à época). *PR*

É o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13854.000080/91-60

Acórdão nº: 203-00.678

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

Com relação à exclusão do ICM da base de cálculo da contribuição, esta Câmara tem entendido que o ICM é integral, sendo, pois, matéria bastante conhecida deste Colegiado.

Já a alegação de que não é possível a cobrança dos juros, pois o vencimento do crédito encontrase suspenso, é descabida. Na realidade, o que está suspensa é a cobrança do crédito tributário do qual os juros são integrantes.

Finalmente, este auto de infração foi lavrado, tomando-se como base o apurado pelo fisco no de IRPJ, logo, não vejo como discordar do voto prolatado pelo ilustríssimo Conselheiro do Primeiro Conselho.

Assim, voto, também, para que se exclua a parcela no valor de Cr\$ 2.451.791,00.

RL

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1993.

RICARDO LEITE RODRIGUES